

---

**UM ENSAIO ACERCA DA CRISE DO ENSINO JURÍDICO NO BRASIL: A URGÊNCIA DA APLICAÇÃO DO MÉTODO DO CASO**

---

**Taís Vasconcelos Cidrão<sup>1</sup>****Alexandre Bruno da Silva<sup>2</sup>****Francisco Miranda Pinheiro Neto<sup>3</sup>****RESUMO**

O propósito do presente estudo é a verificação do “método do caso” como uma solução para a crise do ensino dentro das faculdades de direito brasileiras, que tem refletido negativamente no cenário profissional da área jurídica. Pretende-se fazê-lo através da análise da sua metodologia. Utilizou-se da metodologia investigativa do tipo bibliográfica com pesquisa pura de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória quanto aos objetivos. Observou-se, como resultado, que o aumento da qualidade do ensino jurídico está correlacionado aos métodos participativos, que, por sua vez, proporcionam a formação de um raciocínio crítico e jurídico sobre o sistema vigente, propiciando a construção de uma capacidade de análise crítica e prudencial.

**Palavras-chave:** Ensino Jurídico. Estudo do Caso. Raciocínio Prudencial. Análise Crítica. Raciocínio Prático.

**1 INTRODUÇÃO**

A crise do ensino jurídico e a crítica ao modelo de ensino dominante têm sido motivo de muitos debates no país. A grande indagação dos estudiosos da didática jurídica não é “o que ensinar”, mas “como ensinar”. Tal questionamento já era feito em 1969, na Universidade de Harvard, por seu ex-reitor Charles Eliott (FERNANDES, 2014). O problema ainda é atual. No Brasil, vê-se um direcionamento dos cursos de graduação para objetivos mais imediatos como a aprovação de seus alunos na prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em concursos públicos ou na avaliação dos seus alunos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Hoje não é incomum, em uma sala de aula de faculdade de direito, ter-se mais da metade dos alunos optantes por carreiras públicas, cujo acesso se dá através de concurso público de provas e provas e títulos. E as razões passam ao largo da vocação. No mais das vezes, o discente pretende

---

<sup>1</sup> Mestra em Direito pelo Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS). Especialista em Direito e Processo Constitucionais pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Professora universitária da Unifametro. E-mail: <taisvcidrao@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela UFC. Doutor em Direito pela PUC-SP. Auditor-Fiscal do Trabalho. Professor no Centro Universitário Christus. E-mail: <alexandre\_bruno@terra.com.br>.

<sup>3</sup> Mestre em Direito Constitucional na Universidade de Fortaleza; Especialista em Direito Processual Civil. Advogado. E-mail: <drpinheironeto@yahoo.com.br>.

uma carreira pública em face da segurança e certeza que essa carreira pode lhe trazer, bem como em razão da desvalorização crescente do profissional advogado na seara privada.

Essa procura, por sua vez, muitas vezes transforma os ambientes de salas de aula em verdadeiros cursos preparatórios para concursos. Essa opção de ensino, não raro, engessa o docente, vez que se trata de política das próprias instituições, em busca de bons resultados, principalmente nas provas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o que lhes dará crédito junto a futuros acadêmicos na hora de escolher a faculdade.

O dilema ganha particular relevância quando se trata da educação jurídica no Brasil. Nosso ensino jurídico, influenciado pela *civil law*, funda-se na realização de aulas teórico-expositivas e memorização de textos legais e de doutrinas. Já na Inglaterra e nos EUA, optantes do *common law*, o ensino e a carreira jurídicos sempre se guiaram por um sistema que põe de lado a predominância do papel legiferante do legislativo, preterindo-lhes ante ao judiciário, sempre tido como mais ágil e afeito às mudanças sociais. Ademais, os princípios jurídicos e a interpretação das leis sempre se originaram na exegese das sentenças, sendo retro aplicados pelo *stare decisis*.

Nessa toada, o ensino do direito, da compreensão e do raciocínio jurídico, a formação do indivíduo ético e moralmente apto a influenciar – seja de que forma for – na vida de seus pares restam absolutamente prejudicados. Não é de se estranhar, portanto, que a discussão acerca dos caminhos do ensino jurídico esteja em evidência.

Nesse sentido, diversas metodologias participativas de ensino vêm sendo estudadas, ficando cada vez mais evidente a necessidade de sua maior implementação nos cursos de graduação. É fundamental, pois, que melhor se conheçam as novas ferramentas para que seja possível uma implementação verdadeira nos cursos jurídicos de nosso país.

Tais métodos de ensino visam transformar o ensino dogmatizado e hierarquizado difundido na academia nacional, chamando o discente para o cerne do processo de ensinar e aprender. Visa-se permitir ao aluno que esse tenha uma atuação mais crítica, criativa e participativa, saindo da posição monótona e cômoda de mero receptor. Docente e discente tornam-se criadores e críticos do conhecimento.

Dentre os diversos métodos de ensino participativo existentes – clínica de direito, debate, diálogo socrático, *role-play*, seminários etc. – tem-se como opção de corte de estudo o método de caso (ou *case method*). Outrossim, a metodologia escolhida é capaz de fomentar no discente a formação do chamado conhecimento prudencial, componente indispensável para a boa formação do jurista.

A metodologia utilizada será a analítica e crítica vez que se pretende realizar pesquisa

bibliográfica, documental e doutrinária, mediante análise reflexiva e analítica, através da literatura especializada e do conteúdo disponível na rede mundial de computadores.

## 2 DA CRISE DO ENSINO JURÍDICO NACIONAL

A situação do ensino jurídico no Brasil, não havendo acompanhado as mudanças paradigmáticas experimentadas pelas ciências sociais desde a segunda metade do século passado, está, indubitavelmente, em crise. O modelo é atrasado, o número de cursos é extravagante, a formação é deficiente e a estrutura é preocupante.

Apesar dos cursos de Direito, como já apresentado, demonstrarem uma grande preocupação com os índices de aprovação no exame da Ordem de Advogados do Brasil (OAB), 80% dos inscritos não conseguem atingir o índice mínimo de aprovação. O número de vagas de bacharelado existentes, número maior do que em todo o resto do mundo, permite afirmar que muito desse contingente jamais conseguirá exercer dignamente atividade jurídica qualquer (CAPUCHINHO, *online*).

Levantamento feito pela FGV Projetos (CAPUCHINHO, *online*), atual responsável pela organização do Exame da Ordem, mostra que entre os anos de 2010 e 2014, pelo menos 2 (dois) mil candidatos fizeram o exame por 12 vezes. Nesse período, o referido exame reprovou 8 a cada 10 candidatos inscritos. A taxa de reprovação é de 82,5%. Os cursos mostram um péssimo resultado, inclusive no que escolheram ter como foco principal: a aprovação de seus alunos na prova de Ordem. O sistema está em crise.

Para ilustrar esse cenário, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) registrou, desde 2008, a intenção do Ministério da Educação em cortar vagas nos cursos de Direito que reprovaram no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Diante do corte, os cursos jurídicos teriam o prazo de um ano para “melhorar a qualidade<sup>4</sup> do ensino jurídico sob pena de abertura de processo administrativo” (IBCCRIM, 2008, *online*). A intervenção é pontual e insuficiente para resolver o problema da mercantilização do ensino jurídico, situação na qual há mais diplomas de bacharéis do que efetivamente demandas por serviços jurídicos.

As consequências são danosas para toda a sociedade, vez que se trata da profissão, via de regra, com responsabilidade pela condução do Estado de Direito. Sejam como advogados, promotores, juízes, delegados, pesquisadores ou mesmo professores – vez que são estes últimos os

<sup>4</sup> Sobre esse aspecto, Segundo o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM, 2008, *online*), apenas 15% dos professores dos cursos de Direito seriam portadores de diplomas de especialização, mestrado e doutorado, e tão somente 10% se engajaram em pesquisas científicas durante a carreira acadêmica. A maioria do corpo docente é formada por advogados, promotores, defensores, juízes etc., ou seja, não há dedicação exclusiva ao ensino jurídico. Em termos práticos, isso contribui para a manutenção da visão forense e abordagem formalista do direito, o que dificulta a implementação da interdisciplinaridade.

---

responsáveis pela transmissão do conhecimento aos outros.

Outrossim, a didática e o ensino jurídico atualmente levados à efeito não acompanharam a mudança paradigmática de um mundo positivista para uma noção de desenvolvimento sustentável, de uma justiça restaurativa, de uma função social dos atores da sociedade. A finalidade fundamental do ensino jurídico (sua contribuição para a sociedade) vai além da profissionalização do ser humano, portanto, não pode ser negada. É neste cenário que se começam a ser forçadas novas práticas que sejam suficientes para retirar o aluno de Direito do seu status passivo na aprendizagem e capacitá-los por meio de competências e habilidades mais criativas.

O modelo praticado em muitas faculdades ainda segue o do liberal-positivismo desde sua implantação, em 1827 por Dom Pedro I, quando possuía uma função precípua: a de formar uma classe política e administrativa, inexistente à época e absolutamente necessária ao momento histórico (e que mais tarde teria sido acentuada pelo regime militar na criação de diretrizes desenvolvimentistas que visavam a produção de mão-de-obra no país). O professor, nesse caso, deveria “ser breve e claro nas suas exposições e (...) tratar só de doutrina o que for necessário para a perfeita inteligência da matéria que ensinar” (BRASIL, 1827, *online*). Foi consolidada a ideia de que o ensino jurídico no país deveria se dar através de uma perspectiva normativista, ou seja, que determina o entendimento de atos e fatos jurídicos por intermédio da leitura de leis e aulas puramente expositivas.

As consequências dessa visão foram um excessivo empolamento no linguajar metodológico, uma relação inadequada entre docente e discente foi criada, uma verdadeira produção “industrial” de leis, códigos e alunos que o lêem sem saber interpretá-los. Essa prática didática tem prejudicado gerações a fio. Não havia – e ainda não o há, quiçá de maneira assaz incipiente – incentivo à pesquisa.

O modelo eminentemente expositivo e dogmático produziu práticas enraizadas no ambiente universitário, como a relação verticalizada e hierarquizada entre professor e aluno, a carência de pesquisa científica, a unilateralidade de verdade docente, o uso e abuso do argumento de autoridade e o desconhecimento de métodos pedagógicos de aprendizagem. A grande consequência desse modelo “industrial” é a formação de um profissional acrítico e meramente teórico. Em tal situação, percebe-se a formação de um profissional “leitor de leis e de códigos” que aprendeu, quando muito, a decorar e aplicar na prática, a profusão de textos apresentados e descobertos durante a graduação, sem sequer preocupar-se com as razões de cada um dos dispositivos.

Segundo André G. Fernandes (2014, p. 49), o ensino jurídico nacional expõe – e constrói

– uma caricatura, ao invés do objeto da justiça, vez que propõe saberes fragmentados em cada vez mais especialidades, sem qualquer noção de conjunto. Concebe-se, então, um conhecimento abstrato e pouco (ou nada) prudencial da realidade jurídica. Cria-se um aprendizado, quando muito, técnico, sem ambiente voltado à pesquisa e calcado exclusivamente na reprodução do texto normatizado, sem qualquer reflexão jurídica. Finda-se por formar alunos não preocupados em interpretar leis, mas em engendrar os artigos decorados nos casos concretos, em interpretação eminentemente positivista.

O sucesso das tentativas de mudança no processo de ensino ainda não foram suficientes, isso significa que ainda é possível se observar ambientes estagnados e ainda permeados pela lógica positivista, reduzindo-se ao ensino da lei e passando ao largo do raciocínio, da criação, da abstração e da imaginação. Talvez o grande avanço dos últimos anos tenha sido a crescente importância concedida às decisões judiciais, que terminaram por ter a sua importância exacerbada, passando a ter cunho dogmático.

Entretanto, acredita-se que o perfil esperado de um curso de direito é aquele que fomente as habilidades de leitura, compreensão e elaboração de textos e documentos, com a manipulação das técnicas aplicáveis; a interpretação e aplicação do direito; a pesquisa e correta utilização das fontes; atuação jurídica em diversas instâncias; raciocínio jurídico de argumentação, persuasão e reflexão e de julgamento e tomada de decisões.

Vários, ainda, são os eixos de formação a serem observados em um curso de direito, como profissional e acadêmico, prático, o que leva a crer que a resolução caminha no sentido de permitir a formação de profissionais que não sejam meros repetidores do direito oficial excessivamente dogmático. Porém, infelizmente, o que se tem observado é que o objetivo precípua de se estar cursando uma faculdade de Direito é a obtenção do tão sonhado diploma, que irá possibilitar a admissão no mercado de trabalho, que por sua vez está cada vez mais acirrado e sem espaço para as “mentes pequenas”.

Quanto aos aspectos legais, inexistente observância de critérios precisos e adaptação às diferenças regionais e às distintas realidades nacionais. A urgência de um marco regulatório do ensino do direito é premente. Há de se buscar o equilíbrio entre oferta e demanda, prezar pela formação de docente e pela qualidade de uma estrutura pedagógica e buscar uma formatação menos positivista da matriz curricular. Necessário que se ultrapasse a formação do discente para ser aprovado em testes específicos.

Tais políticas serviriam, a reboque, inclusive para diminuir a influência política na liberação de cursos jurídicos e para melhoria dos já existentes, ou mesmo para o fechamento

daquelas que não se adaptassem aos novos critérios. Quanto aos critérios de funcionamento, por não exigirem vultosos investimentos quando comparado aos cursos técnicos ou de saúde, os cursos de direito findam por tornarem-se mais atrativas aos empresários do ramo educacional.

Deste modo, é assaz necessário que uma fiscalização seja levada à efeito na manutenção da estrutura – sabidamente com maior custo –, inclusive na manutenção de bibliotecas amplas, atualizadas, diversificadas e em número suficiente a atender a miríade de alunos que pretendem levar à graduação.

Tais condutas poderiam transformar o paradigma das IES que insistem em formar apenas para o mercado de concursos – e não para o mundo jurídico. Incidiria inclusive numa extrema valorização das pós-graduações *lato sensu* que, elas sim, seriam a porta de entrada mais adequada para a formação ao mercado de trabalho, tal como as residências médicas que não se dedicam à pesquisa.

### 3 DA *PRUDENTIA* NO ENSINO JURÍDICO

O Imperador Augusto, no século I, reconheceu o conhecimento prudencial como uma forma especial de conhecimento jurídico, o qual possuíam apenas notáveis juristas. Era o conhecimento prático do direito em cada situação singular e concreta. Daí o termo: “jurisprudência”, ou seja, *ius prudentia*, ou, prudência do juiz (GILISSEN, 1986 apud FERNANDES, 2014). O significado atual do termo passa ao largo do conceito de “conhecimento jurídico” sendo, pois uma desvirtuação da acepção original, que, por sua vez, possuía um significado concreto. Mesmo a expressão “prudência” sofreu alteração em seu significado, sendo entendida hoje como cautela ou temor, tornando-se incabível se falar em prudência jurídica como forma de conhecer o direito.

No entanto, mesmo no significado atual, ainda é entendida a prudência como forma importante para se realizar a aplicação do direito, vez que é imprudente aquele que aplica o direito a determinado caso sem antes conhecer o direito. Tal fato se torna ainda mais necessário pelo aspecto absolutamente peculiar do direito de, raramente, ter como idênticos a maioria dos casos concretos. Essa tarefa de analisar o caso concreto sob o prisma hermenêutico revela o alcance de um aspecto normativo no fato concreto, revestindo-se de concreção e individualidade, sendo este, exatamente, o objetivo do intérprete. Essa atividade revela as características decisória, volitiva e valorativa da ciência jurídica.

Daí que, sob o ângulo do sujeito na relação com o objeto, o homem é visto como capaz de conhecer a natureza das coisas, de identificar a verdade intrínseca. Deflui-se, então, que a prudência é virtude do intelecto prático, permitindo estabelecer e prescrever a reta conduta do agir humano,

dividida entre o “identificar” e o “efetivamente agir” e entre a causa extrínseca remota e a causa extrínseca próxima. O juízo prudencial corresponde, assim, a uma concreção de natureza normativa com a finalidade de delimitar o justo e o concreto. Na prática, a lei seria a causa extrínseca remota e a sentença a causa extrínseca próxima.

Mediante tal entendimento, é de se ressaltar a valorização da experiência para a mais perfeita aquisição da prudência, vez que esta permite o conhecimento da verdade prática. Assim é que, na utilização da prudência, quanto maior for a experiência melhor será o cotejamento da regra racional e da realidade, buscando a verdade prática, contingente e mutável conforme o caso concreto. Também assim é que um indivíduo sem experiência ou sem ética, mas com conhecimento racional poderá não agir corretamente no caso concreto.

A relação do exposto com a expressão jurídica “o Direito não emana da regra, mas a regra emana do Direito” é cristalina. Afinal, seja por ausência de experiência, seja por ausência de ética, o indivíduo poderá desvirtuar essa máxima e, até sem intenção, perpetrar injustiças.

Por sua vez, o procedimento político da antiga civilização romana ia ao encontro das necessárias junções entre ética, experiência e conhecimento, vez que dele participavam o magistrado e um sacerdote que decidiam acerca da inteligência e da conveniência das decisões, chegando, assim, à prudência. Nos dias de hoje, onde a ciência jurídica ainda permanece sob uma égide positivista e independente do sentido moral, os pressupostos de especulação epistemológica não são capazes de realizar a análise prudencial da realidade jurídica, não sendo simples a revitalização epistemológica e não permitindo a abertura da ciência jurídica à experiência da totalidade do Direito e a centralização de sua especificidade na determinação do justo e no discernimento do injusto.

É cogente que o conhecimento prudencial, no significado original da palavra, qual seja, a virtude da decisão certa, seja adotado como um elemento imperativo e insubstituível na busca de soluções judiciais em consonância com a realidade social. Cabe, portanto, ao ensino jurídico abrir as portas de tal perspectiva para seus discentes.

#### **4 DA CRIAÇÃO DE INTÉRPRETES**

A sociedade, em que pese o fenômeno cada vez mais crescente da judicialização dos conflitos, sofre cada vez mais uma carência de justiça. Ou talvez aquela seja consequência desta. Tal fato tem dado origem a um considerável aumento de publicações doutrinárias sobre a hermenêutica jurídica, onde se buscam alternativas de solução de problemas de interpretação das mais diversas manifestações teóricas legais. A argumentação jurídica e os postulados valorativos das motivações judiciais têm se tornado cada vez mais complexas. A necessidade da hermenêutica



se torna, então, cada vez mais cogente para que não se ultrapasse a fronteira do racional.

É imprescindível que, com o advento das novas formas de arranjos e dinâmicas sociais, se expanda, também, novas formas de experimentos pedagógicos e metodológicos disponíveis que sejam capazes de potencializar o aprendizado e as funções construtivas da mente humana (individual e coletivamente).

É nesse sentido que, dentre outros autores, Ronald Dworkin (2001, p. 221 e ss.) propõe a aproximação do Direito a outras áreas do conhecimento, em especial à literatura, quando constrói sua percepção do romance em cadeia (denominada por ele de “*chain novel*”), na medida em que o “estilo interpretativo também será sensível às opiniões do intérprete a respeito da coerência ou integridade na arte” (DWORKIN, 2001, p. 223). Ficando salientado, assim, outras formas de interpretações artísticas do Direito, pois “a interpretação de um texto tenta mostrá-lo como a melhor obra de arte que ele pode ser” (DWORKIN, 2001, p. 223) e que, por esse motivo, a interpretação e análise do Direito deve se dar através dos melhores instrumentos disponíveis para o jurista.

A hermenêutica, hoje, tem como um dos principais objetivos o dismantelo das tradições positivistas, consistindo em um instrumento de fundamento da indisponibilidade deontológica do direito. Consequentemente, o ensino jurídico deve ir além do tradicional “ensinar leis”, como hoje sói de ocorrer. Impossível não lembrar a célebre lição atribuída a Bugnet, que se tornou símbolo da escola da Exegese, “no conosco el Derecho civil, enseño el Código de Napoleón” (não conheço o Direito civil, ensino o Código de Napoleão) (BONNECASE, 1944, p. 47-48).

Norberto Bobbio (1995, p. 82-83) apresenta, com muita propriedade, o verdadeiro réquiem jurídico-praticado pela Escola da Exegese no Século XIX e, certamente, praticado atualmente em inúmeras salas de aula dos diversos cursos de direito do Brasil. “Ele comentava o Código na sua ordem. Tomava cada artigo, o lia atentamente, o dissecava, para usar sua expressão original, salientava todas as palavras em destaque”. Em seguida, “visando tolher à teoria o pouco de abstrato que ela possuía...dava um exemplo vivo, animado, atraente”.

Faz-se urgente que se ultrapasse o paradigma positivista e se busque a formação de intérpretes do direito, sob pena de se insistir na repetição e perpetuação das deficiências de larga parte dos atuais profissionais de direito. Ensinar o direito deve superar o ensinar as leis. Para tanto, necessário definir a finalidade do ensino jurídico que deve ser ensinar o aluno a não só pensar na lei, mas também pensar a lei. Interpretar como sendo atividade pedagógica de cunho hermenêutico. Necessário que se ultrapasse a fragmentada e unidimensional hermenêutica positivista, que não alcança mais os anseios da sociedade em sua atual conformação.

## 5 O ENSINO JURÍDICO E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO



A imersão em textos jurídicos, a saber, em textos legais (e em menor medida também na doutrina, já que a sua capacidade de adaptação é maior) é se manter estagnado em padrões de desenvolvimento ultrapassados. Esses padrões, às vezes, não condizem mais com a realidade fática, pois, cada vez mais as transformações sociais vão criando novas situações inéditas que requerem uma atualização de conceitos e remédios legais.

O Direito, entendido como um guia das condutas sociais não deve apenas ser lido e decorado, deve também ser interpretado e também criticado (por que não?). A ideia de que a lei é a expressão da justiça é tão ingênua quanto falsa. Sabe-se que ideais de igualdade e justiça são o que a lei pretende perseguir e proporcionar aos seus nacionais, mas que na maioria das vezes não consegue. Nesse sentido, o Direito precisa sempre estar em evolução, a fim de se moldar à realidade para, de fato, conseguir guiar a vida em sociedade dentro e fora do âmbito nacional.

A maioria das faculdades e universidades de direito do Brasil não estão preocupadas em formar seres pensantes, mas tão só decoradores de códigos. E, não tão somente os discentes que devem se preocupar com esse problema, mas também os docentes, aqueles que devem se conscientizarem de seus encargos dentro da sala de aula.

Repensar e reformular a metodologia de ensino visando o aumento do desempenho, incitar a criatividade e engenhosidade dos alunos, enfim, formar cidadãos prontos para desafiar o mundo, é uma obrigação dos centros universitários, tendo em vista uma “obrigação social”. E, como um resultado dessa educação suficientemente qualificada, pode-se destacar maior ascensão da participação na vida política, cultural, social do país pela sociedade.

O professor é um verdadeiro mediador entre o conhecimento e o aluno. Conhecimento não meramente técnico, mas também humano e social são importantes para serem repassados. Seu papel é muito maior, muito mais importante do que se tem imaginado até agora. A transmissão de informações para os alunos sem, contudo, criar *links* com a realidade social, é não saber situá-lo no mundo real, é não tirá-lo do alheamento. Sobretudo, o papel do professor é moldar uma potencial mente pensante. “É a verdadeira arte do ensino, uma busca sem fim da qualidade cognitiva e também da forma de estruturar o pensamento humano” (CIDRÃO; MENESES, 2015, p. 383).

Caso contrário, a massa universitária desprovida de senso crítico não terá capacidade para pensar sua própria realidade e, posteriormente, até questioná-la. Nessa vereda, a população não estaria pronta para construir a sua própria realidade, caso que violaria até mesmo a ideia de democracia construtiva (BARROS, MARDEN, 2014), tendo que se sujeitarem a qualquer imposição advinda da cúpula governamental.

Levando em consideração a mudança na metodologia do ensino jurídico, é evidente que o direito não deve ser compreendido de forma compartimentalizada. A dinâmica social está cada vez mais complexa (também devido à pós-modernidade e a globalização), e é claro que, além dos fatores jurídicos, devem ser levados em consideração também, por exemplo, os sociológicos, antropológicos etc.

A interdisciplinaridade, nesse sentido, estabelece uma conexão entre as ciências propedêuticas (que são importantes para a formação humana do aluno) e as disciplinas tradicionais do curso de direito (civil, penal, administrativo etc). A essa altura, é importante destacar que esse liame muitas vezes passará despercebido se essas disciplinas forem estudadas de forma isolada uma das outras, pois essas matérias conversam entre si de forma tangencial. De mais a mais, as disciplinas propedêuticas também servem para o propósito de ajudar os institutos jurídicos nas suas aplicações práticas, uma vez que estão a par das transformações sociais.

Assim, o objeto da formação jurídica não é apenas o aprendizado das leis, mas sim o ensino da interpretação jurídica, auxiliado pelo estudo do caso. Cabe a uma escola do direito, então, formar juristas aptos a interpretar e raciocinar o direito, encontrando sentido às normas e relacionando-as aos valores da ordem social. A linha hermenêutica seria aquela que encara o processo interpretativo como um saber prudencial-retórico.

## 6 DO MÉTODO DE CASO NO ENSINO JURÍDICO

Como dito, a aquisição da prudência é necessária à excelência do processo pedagógico teórico-prático adjacente à compreensão da aplicação do normativo abstrato ao caso concreto. A frase é a verdadeira causa de existir de todos os estudos e propostas acerca da didática do ensino jurídico e da imperatividade de sua mudança nos cursos de ensino jurídico nacionais.

A discussão acerca dos caminhos do ensino jurídico é tão antiga quanto o Direito em si, com predominância - no mundo ocidental, pelo menos - das divergências acerca das tradições da *civil law* e da *common law*. Adotada na tradição romano-germânica, a *civil law* tem a característica de codificação e predominância da atividade legislativa, ao passo a tradição inglesa, que opta pelo sistema do *common law*, funda-se nos precedentes judiciais e no protagonismo judicial legiferante. Não haveria, portanto, melhor ambiente onde se desenvolver a metodologia de método do caso que em um ambiente de docência optante da *common law*.

Em simples palavras, o método do caso é conceituado por Yin (2014, p. 16) como

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o caso) em profundidade e no seu contexto no mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o

---

contexto podem não estar evidentes com clareza<sup>5</sup>.

Segundo Langdell, e sob uma vertente gnoseológica, a aplicação do direito seria necessariamente aquela oriunda da observação de casos pretéritos, em uma sistematicidade positivista. Já sob uma vertente pedagógica, o *case method* teria como escopo a descoberta indutiva da regra de direito aplicável ao caso concreto (FERNANDES, 2014). O trabalho de Langdell teve o mérito principal de alçar o método do caso ao status de metodologia de ensino jurídico, ainda que se possa afirmar que a observação de casos concretos já era ressaltada pelo próprio Direito Romano.

O método do caso é uma abordagem que envolve a solução de casos (situações) de contexto real. Para a resolução do caso posto, pressupõe-se participação ativa dos estudantes (discussões em sala de aula) em um ambiente colaborativo de forma que busquem as respostas para os questionamentos propostos. Há, por óbvio, a intervenção do docente, com vistas a propor novas questões e redirecionar o pensamento do discente, caso necessário. Em uma análise mais analítica, John Walton (1992, p. 121):

Os termos aparentemente inocentes "caso" e "estudo de caso" são realmente muito presunçosos. Embora tenham várias revelações na linguagem da pesquisa social, sob vários usos existe uma dualidade fundamental. Por um lado, elas implicam, francamente, que os casos de particularidade são visões situacionais e limitadas da vida social. Por outro lado, são algo mais - não apenas vislumbres do mundo ou instâncias aleatórias de atividade social. Quando os pesquisadores falam de um "caso" em vez de uma circunstância, instância ou evento, eles investem o estudo de um cenário social específico com algum senso de generalidade. Uma "instância" é apenas isso e não vai além. Um "caso" implica uma família; alega que o particular é um caso de outra coisa<sup>6</sup>

Faz-se necessário, entretanto, fazer uma diferenciação entre os termos “estudo de caso” e “método de caso”. Enquanto o primeiro trata de uma metodologia de pesquisa, o chamado método do caso é uma metodologia de aprendizagem, ou seja, uma técnica indutiva (uma narrativa apresentada para os alunos com começo e meio, apenas) na qual os alunos chegam à solução do dilema.

O método de caso deve ser entendido como um verdadeiro instrumento didático, disposto a ensinar novas habilidades ao estudante de Direito, incentivando o raciocínio crítico-jurídico, ou

---

<sup>5</sup> No original: “A case study is an empirical inquiry that investigates a contemporary phenomenon (the “case”) in depth and within its real-world context, especially when the boundaries between phenomenon and context may not be clearly evident”.

<sup>6</sup> No original: “The seemingly innocent terms “case” and “case study” are really quite presumptuous. Although they have several accommodations revealed in the language of social research, beneath various usages lies a fundamental duality. On one hand, they frankly imply particularity-cases are situationally grounded, limited views of social life. On the other hand, they are something more-not simply glimpses of the world or random instances of social activity. When researchers speak of a “case” rather than a circumstance, instance, or event, they invest the study of a particular social setting with some sense of generality. An “instance” is just that and goes no further. A “case” implies a family; it alleges that the particular is a case of something else”.

seja, é fundamental na forma indutiva de ensino. Ele é capaz de tornar o aprendizado mais dinâmico, por aproximar a teoria da prática, o que, não raro, uma aula expositiva não consegue fazer.

O método de caso é fundado em uma forma de ensino indutivo, no qual a partir do casuismo jurisprudencial se derivam os princípios gerais, criando um pensamento crítico e analítico no discente.

Cabe ao professor, por meio do duelo argumentativo acerca das circunstâncias do caso concreto, passando pela concordância ou discordância dos resultados, levar os alunos à construção de suas próprias respostas, ainda que sob a condução acadêmica do docente. Tem-se, assim, uma atuação horizontal entre atores – professor e aluno –, com junção de teoria e prática. Há a transformação da sala de aula em uma espécie de maquete da realidade social.

A metodologia proporciona, então, uma relação de educação que visa o desenvolvimento integral da pessoa, nas dimensões moral, intelectual e espiritual, contribuindo à formação da dimensão “prudencial” do aluno. Demanda do aluno uma perspectiva finalista de sua função social, qual seja, atender às necessidades da sociedade de criação de uma ordem justa, dando a cada um o que é seu e contribuindo para gerar uma ordem social.

O método é eminentemente prudencial, vez que fomenta o saber prático e não apenas teórico. Quando se parte do caso para o pensamento e do pensamento à ação, através da dialética, se coadunam a deliberação, o juízo e o comando, todos fases da prudência. Assim, a aquisição dos saberes da *prudentia* é necessária à excelência do processo pedagógico teórico-prático adjacente à compreensão da aplicação do normativo abstrato ao caso concreto. Não só é necessária, mas a própria utilização do método fomenta no discente a aquisição de tais saberes.

Na prática, o corpo discente analisa os fatos e os fundamentos da decisão de cada caso concreto, realizando um exame crítico e separando os fatos das motivações, para, então, realizarem a síntese. Ou seja, deliberam. Empós, analisam as soluções possíveis com ênfase na pluralidade de soluções, por meio da imaginação realista e levam a efeito o sopesamento das soluções encontradas. Após a análise, sintetizam uma solução compatível. Fizeram o juízo. Seleccionada a solução, procede-se à motivação e prolação da decisão de força cogente. É o comando.

Sob o ponto de vista hermenêutico, o aprendizado torna-se mais dinâmico e próximo da vida real e possibilita o desenvolvimento de habilidades analíticas e a percepção da indisponibilidade deontica do direito no corpo discente.

O método do caso obriga o aluno a pensar o direito, que deve ser realizado em cada decisão, nunca estando feito ou acabado. Se coaduna com o crescente protagonismo das cortes constitucionais, notadamente em face da ausência de uma ética social comum. Fomenta a percepção

da unidade do saber jurídico, em confronto com a falta de comunicação entre as distintas áreas do direito.

Favorece, ainda, a implicação ativa do estudante no processo de aprendizagem e constitui a melhor preparação para o exercício profissional do direito, vez que melhor articula a argumentação jurídica e os postulados axiológicos do direito. Contribui também para a formação ética do discente, de modo a induzir-lhe a superar tecnicidades em face dos casos concretos. Cria-se também uma disposição do profissional para rápida adaptação às constantes transformações do mundo do direito. Enfim, é a opção que concilia a ciência com a prudência, transmitindo o direito como um saber prático e não apenas como uma ciência pura e distante da realidade social.

Antonio Carlos Rodrigues do Amaral (2011), aduzindo que o Método de Caso tem a finalidade de permitir a ordenação do pensamento para a ação. O autor pontua como fases do método de caso as seguintes:

1. Deliberar: análise dos fatos e dos fundamentos jurídicos das decisões judiciais adotadas como paradigmas; síntese do problema jurídico.
2. Julgar: Análise das soluções possíveis; síntese da decisão.
3. Comandar: Praticar a ação.

Em via de tais passos, possibilita-se que o corpo discente ordene seu pensamento ao caminho da ação. Adota-se, assim, o que se supõe que seja utilizado quando da decisão de questões jurídicas práticas: a solução de uma controvérsia concreta posta e que demande interpretação e solução jurídica justa. Tal raciocínio permite, inclusive a discussão e ponderação das diversas soluções postas e/ou propostas.

Para a efetivação do método do caso é necessário que, previamente, os alunos tenham conhecimento expositivo do tema e tenham tido acesso à(s) decisão(ões) a serem discutidas com brevidade. Sugere-se, ainda, o estudo dos acórdãos dos tribunais superiores que, em face das especificidades do caso concreto, alcancem a intenção do conteúdo a ser ministrado pelo professor. A escolha do caso é assaz importante, sendo preferível o uso de caso hipotético e de casos de tribunais locais. Necessário ainda que a decisão judicial seja entregue com antecipação suficiente de modo que possa permitir ao aluno sua leitura e reflexão.

A aula, então, escolhida para discussão do caso deve ser realizada na forma de diálogo, com a máxima participação dos alunos. Um roteiro sugerido para essa aula seria: a) leitura da decisão judicial; b) reconstrução dos fatos relevantes; c) determinação dos principais problemas jurídicos em jogo; d) reconstrução das linhas argumentativas adotadas por cada uma das partes

envolvidas (autor, réus, intervenientes, terceiros interessados, Ministério Público e membros julgadores do órgão colegiado); e) crítica dessas linhas argumentativas e da solução judicial; f) relação do caso com outros semelhantes, com a jurisprudência da mesma corte judicial e, eventualmente, com o direito comparado; g) síntese das conclusões.

A aula para uma discussão nesse formato deve ter a duração entre 90 a 120 minutos, devendo as turmas não serem superiores a 50 alunos, com a disposição da sala em forma de “U”. Ao professor não cabe o papel de apenas moderador passivo, devendo ter realizado prévia e profunda análise da decisão judicial. Ele deve ser capaz de conduzir o diálogo mantendo a ordem e a dinâmica, sem perder de vista a capacidade maiêutica de indução por argumentação. O docente deve, então, possibilitar ao corpo discente a descoberta dos elementos relevantes do caso, sem deixar de estabelecer conexões com casos semelhantes. Deve também possibilitar a percepção dos princípios elementares necessários à solução do caso e na análise das lacunas percebidas. Ao fim, caberá ao docente ainda a formulação da síntese conclusiva.

O método do caso permitirá a interação dos alunos entre si e com o professor, de modo a ampliar o horizonte pedagógico do ensino jurídico. Ele permite a capacitação do estudante para ser um destacado profissional com habilidades de excelência que ultrapassarão as estritamente profissionais, pois será dotado de um conjunto de virtudes a serem manejadas na atuação jurídica interpretativa, em consonância com a necessidade de se fazer o direito a todo momento.

Antonio Carlos Rodrigues do Amaral (2011, p. 308-310) cita como benefícios do método: o desenvolvimento de juízos equilibrados e firmeza de critérios; o fortalecimento da capacidade de discernir detalhes; o aprimoramento da inteligência voltada à ação; a ampliação da capacidade de tomar decisões; o incremento da capacidade de persuasão e de síntese; e o desenvolvimento da habilidade do trabalho em equipe.

Como dito, através de um ensino diferenciado do tradicional “ler e decorar” o aluno consegue mais facilmente evoluir do processo de recepção para o processo criativo. Ainda mais se a alternativa é uma atividade lúdica. Dessa maneira, inúmeros benefícios educacionais podem ser observados quando do uso do método do caso como método alternativo de solução do problema do ensino jurídico, à exemplo da reativação do papel social da profissão do jurista, incentivo à capacidade de reflexão crítica do aluno, capacidade de refinar argumentos jurídicos e aceleração e melhoramento do aprendizado, já que o método do caso consegue trazer a realidade para mais perto do aluno, ajudando na fixação do conteúdo, que por sua vez tornará o processo de aprendizagem mais atraente.

Percebe-se que o método apresentado poderia servir, desde que em conjunto com as

diversas outras ferramentas pedagógicas, como um importante – e cogente – incremento na formação do corpo jurídico discente no Brasil. Também segundo Antônio Carlos Amaral (2011, p. 259), “o *case method*, simples em sua estrutura e bastante vigoroso nos resultados, visa formar um hábil pensamento analítico no estudante a partir, portanto, do raciocínio jurídico indutivo apreendido de casos concretos”.

## 7 CONCLUSÃO

A mudança de paradigmas no ensino jurídico brasileiro é inadiável, sendo necessário o estudo aprofundado das técnicas disponíveis para a realização desse objetivo. Dentre tais técnicas, percebe-se no método do caso uma ferramenta eficaz para a melhoria do ensino do corpo discente. Entende-se que, com esse método, solver-se-á, dentre outros problemas, a passividade do aluno na sala de aula e permitirá o desenvolvimento de uma consciência crítica jurídica apta a enfrentar os desafios do universo do direito.

A má formação, que por vezes sói de ocorrer com os graduandos em direito, traz prejuízos muito maiores que apenas influenciar no futuro de uma massa de profissionais. Isso porque o Direito e, conseqüentemente, o jurista devem estar cientes da sua função social para com a sociedade. Dessa maneira, não devem apenas funcionar como guias de condutas sociais, mas também como formadores da opinião coletiva, que por sua vez irá construir seus próprios valores democráticos. Portanto, a formação deficiente do jurista pode acarretar em sérios prejuízos para o Estado Democrático de Direito. A sociedade urge por tal modificação em face da imbrincada relação que guarda com o futuro de tais profissionais.

Torna-se, então, fundamental que o ensino do direito no Brasil seja reformado e aprimorado com base em um ensino prudencial e através de métodos participativos que permitam uma maior interação aluno-professor de modo a tirar o discente da posição passiva de receptor de conteúdos para uma posição ativa, de formação e de avaliação.

Novas possibilidades de ensino são possíveis, formas criativas de interpretação (em especial o *case method*, que foi alvo do presente estudo), além de terem a característica de melhor envolver o aluno devido ao seu caráter diferenciado do estudo tecnista, também são formadoras de opiniões, em que pese à possibilidade de abrir a reflexão do aluno e conseqüentemente seu aprendizado sobre determinado assunto do meio jurídico.

A utilização de ferramentas de debates, das discussões de casos, dentre outras geram uma influência suficiente e necessária para o desenvolvimento humano e quiçá, ainda, despertarem a atuação dos discentes no ambiente social como verdadeiros cidadãos. Esses métodos diferenciados



influem de maneira mais eficaz na formação social e humana, direcionamento para um verdadeiro desenvolvimento não só carreira, mas da sociedade como um todo.

***AN ESSAY ON THE CRISIS OF LEGAL EDUCATION IN BRAZIL: THE URGENCY OF THE USE OF THE CASE STUDY METHOD***

**ABSTRACT**

The purpose of the present study is to verify the case study method as a solution to the education crisis within the Brazilian law schools, which has negatively reflected in the professional legal area scenario. This will be done through a critical analysis of its methodology. The methodology used was the bibliographic type with pure research of qualitative, descriptive and exploratory approach regarding the objectives. It was observed, as a result, that the increase in the quality of legal education is correlated with participatory methods, in turn, provide a critical and legal reasoning formation on the current system, providing a constructive capacity for critical and prudential analysis.

**Keywords:** Legal Education. Case Method. Prudential Reasoning. Critical Analysis. Practical Reasoning.

**8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMARAL, Antônio Carlos Rodrigues do. **Ensino jurídico e método do caso: ética, jurisprudência, direitos e garantias fundamentais**. São Paulo: Lex Editora, 2011.

BARROS, Flaviane de M.; MARDEN, Carlos. Polycentric Democracy. In: **IX World Congress Constitucional Law, 2014**, Oslo - Noruega. WCCL - Workshop 16 - Direct Democracy, 2014.

BOBBIO, Norberto. **O Positivismo Jurídico: lições de filosofia do direito**. Trad. Márcio Pugliese, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

BONNECASE, Julien. **La Escuela de La exegeis em derecho civil**. 2ª.ed. Trad. Jose M. Cajica Jr. Mexico: Biblioteca Jurídico-Sociologica, 1944.

BRASIL. **Lei de 11 de Agosto de 1827**. Rio de Janeiro, RJ, Mar. 1825. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-11-08-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-11-08-1827.htm)>. Acesso em: 12 out 2017.

CAPUCHINHO, Cristiane. Exame da OAB reprova 82,5% dos candidatos inscritos em quatro anos. **IG São Paulo**. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-11-24/exame-da-oab-reprova-825-dos-candidatos-inscritos-em-quatro-anos.html>>. Acesso em 18 jan. 2019.

CIDRÃO, Taís; MENESES, Laís. O papel da sétima arte no desenvolvimento crítico-jurídico à luz do filme clube de compras dallas. In: CUNHA FILHO, Francisco Humberto (Org.). **Conflitos culturais: como resolver? como conviver?**. Fortaleza: IBDCult, 2016. 931 p.

DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio**. Trad: Luis Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FERNANDES, André Gonçalves. **Ensino do direito e filosofia: a prudência e a hermenêutica jurídicas, aprendidas com o estudo do caso de identidade crítica, como fundamentos da formação para a justiça como prática social**. Dissertação – UNICAMP. Campinas, 2014.

IBCCRIM. **A crise no ensino jurídico**. Disponível em:  
<[https://www.ibccrim.org.br/boletim\\_artigo/3640-A-crise-no-ensino-juridico](https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/3640-A-crise-no-ensino-juridico)>. Acesso em: 16 fev. 2019.

WALTON, John. Making the theoretical case. In: RAGIN, Charles; BECKER, Howard (Eds.). **What is a Case?** Exploring the foundations of social inquiry. New York: Cambridge University Press, 1992.

YIN, Robert. **Case Study Research: design and methods**. 5 ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

Trabalho enviado em 21 de janeiro de 2019

Aceito em 17 de março de 2019